

**§ 2º** - As relações jurídicas entre o município e o particular prestador de serviço público em virtude de delegação, sob a forma de concessão ou permissão, são regidas pelo direito público.

**Art. 31** – Para o procedimento de licitação, obrigatório para contratação de obra, serviço, compra, alienação e concessão, o município observará as normas gerais expedidas pela União e as normas suplementares e tabelas expedidas pelo Estado.

**Art. 32** –As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, sendo obrigatória a regressão, no prazo estabelecido em lei, contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**Art. 33** – A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço e campanha de órgão público, por qualquer veículo de comunicação, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, e dela não constarão nome, cor ou imagem que caracterizam a promoção pessoal de autoridade, servidor público ou partido político.

**Art. 34** – A publicação das leis e atos municipais será feita pela imprensa do município, regulamentada por lei.

**§ 1º** - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação .

**§ 2º** - A publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

**Art. 35** –O Município manterá livros necessários ao registro de seus serviços.

**Parágrafo único** – Os livros poderão ser substituídos por fichas ou sistema informatizado, com garantia de fidedignidade.

**Art. 36** – O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o 2º grau, ou por adoção e os servidores e empregados públicos municipais, não poderão contratar com o município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções.

**Art. 37** – É vedada a contratação de empresas para execução de tarefas específicas dos cargos dos quadros permanentes de órgãos da administração pública municipal, que só será admitida em situações emergenciais das áreas da saúde e ação social, por prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias. (Redação dada pela Emenda 06)

**Art. 38** – A ação administrativa do poder executivo será organizada segundo os critérios de descentralização, regionalização e participação popular.

**Art. 39–** Administração regional é a unidade descentralizada dos sistemas administrativos, com circunscrição, atribuição, organização e funcionamento definidos em lei.

**Parágrafo único:** As diretrizes, metas e prioridades da administração municipal serão definidas por administração regional, nas leis de que trata o artigo 12.

## **SEÇÃO VI DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

**Art. 40–** O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda 05)

**Parágrafo único –** A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: (Redação dada pela emenda 05)

I– a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

(Redação dada pela Emenda 05)

**Art. 41 –** São garantidos o direito à livre associação sindical e o direito de greve que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei federal.

**Art. 42 –** A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação previa em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração. (Redação dada pela Emenda 05)

**Parágrafo único –** Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda 05)

**Art. 43 -** Os planos de cargos e carreiras do serviço público municipal serão elaborados de forma a assegurar aos servidores municipais remuneração compatível com o mercado de trabalho para a função respectiva, oportunidade de progresso funcional e acesso a cargos de escalão superior.

**Parágrafo único –** O município proporcionará aos servidores oportunidade de crescimento profissional através de programas de formação de mão de obra, aperfeiçoamento e reciclagem.

**Art. 44** – Será convocado para assumir cargo ou emprego aquele que for aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, com prioridade, durante o prazo previsto no edital, de convocação, sobre novos concursados, na carreira.

**Art. 45** - O Município definirá regimes jurídicos, planos de carreira, cargos/empregos e vencimentos/salários para seus servidores. (Redação dada pela Emenda 04)

**§ 1º** - A política de pessoal obedecerá as seguintes diretrizes:

- I – Valorização e dignificação da função pública e do servidor público;
- II – profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público;
- III – constituição de quadro dirigente mediante formação e aperfeiçoamento de administradores;
- IV – sistema do mérito objetivamente apurado para ingresso no serviço e desenvolvimento na carreira;
- V – remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade das tarefas e com a escolaridade exigida para o seu desempenho.

**§ 2º** - Ao servidor público que por acidente ou doença torna-se inapto para exercer as atribuições específicas do seu cargo, serão assegurados os direitos e vantagens a ele inerentes, até seu definitivo aproveitamento em outro cargo.

**§ 3º** - Para provimento de cargo, de natureza técnica, exigir-se-á a respectiva habilitação profissional.

**Art. 46** – Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no artigo 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, e XXX da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. (Redação dada pela Emenda 05)

- I - adicionais por tempo de serviço;
- II – assistência e previdência sociais, extensivas ao cônjuge ou companheiro e aos dependentes;
- III – assistência gratuita, em creche e pré-escola aos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade;
- IV – adicional sobre a remuneração, quando completar trinta anos de serviço, ou antes disso, se implementado o interstício necessário para a aposentadoria.

**Parágrafo único** – Cada período de cinco anos de efetivo exercício dá ao servidor o direito adicional de dez por cento sobre seu vencimento, o qual a este se incorpora para o efeito de aposentadoria.

~~**Art. 47** – A lei assegurará ao servidor da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados no mesmo Poder, ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens~~

de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho. **(Suprimido pela emenda 04)**

**Parágrafo único** — ~~A lei assegurará sistema isonômico de carreiras de nível universitário compatibilizado com os padrões médios de remuneração da iniciativa privada.~~ **(Suprimido pela emenda 04)**

**Art. 48-** É garantida a liberação de servidor ou empregado público, se assim o decidir a respectiva categoria, na forma do estatuto da entidade, para o exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical; sem prejuízo da remuneração e dos demais direitos e vantagens de seu cargo e emprego.

**Art. 49 -** São estáveis, após os três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público para cargo de provimento efetivo. **(Redação dada pela Emenda 05)**

**§ 1º -** O servidor público estável só perderá o cargo:

**I -** em virtude de sentença judicial transitada em julgado; **(Redação dada pela Emenda 05)**

**II -** mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; **(Redação dada pela Emenda 05)**

**III -** mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei complementar, assegurada ampla defesa. **(Redação dada pela Emenda 05)**

**§ 2º -** Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço. **(Redação dada pela Emenda 05)**

**§ 3º -** Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. **(Redação dada pela emenda 05)**

**§ 4º -** Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. **(Redação dada pela Emenda 05)**

**Art. 50—**As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. **(Redação dada pela Emenda 05)**

**Art. 51—** Lei específica reservará percentual dos empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

**Art. 52-** Lei específica estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

**Art. 53-** O servidor será aposentado nos termos da Constituição Federal (Redação dada pela emenda 04)

~~I — por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~III — voluntariamente; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~a) — aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta anos, se mulher, com proventos integrais; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~b) — aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~c) — aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~d) — aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço. (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~§ 1º - A lei poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas. (Suprimido pela emenda 04)~~

**§ 2º -** A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

**§ 3º -** O tempo de serviço público Federal, Estadual ou Municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

**§ 4º -** Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, e estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que deu se a aposentadoria na forma da lei.

**§ 5º -** O benefício da pensão por morte corresponderá a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

**Art. 54 -** A revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data e com os mesmos índices.



**Art. 55** A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos poderes do Município, dos detentores do mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal. (Redação dada pela Emenda 05)

**§ 1º** - A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. (Redação dada pela Emenda 05)

**§ 2º** - O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto no "caput" desse artigo, o disposto no artigo 59 da Lei Orgânica do Município e o contido nos artigos 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda 05)

**Art. 56**— Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Emenda 05)

**Art. 57**— É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público. (Redação dada pela Emenda 05)

**Art. 58**— É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no artigo 55 desta lei: (Redação dada pela Emenda 05)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda 05)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda 05)

c) a de dois cargos privativos de médico. (Redação dada pela Emenda 05)

**Parágrafo único** – A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. (Redação dada pela Emenda 05)

**Art. 59** – Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores. (Redação dada pela Emenda 05)

**Art. 60** – Os cargos públicos serão criados por Lei que fixara sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimentos e indicará os recursos pelos quais serão pagos os seus ocupantes.

**Parágrafo único** – A criação e extinção dos cargos da câmara, bem como a fixação e alteração de seus vencimentos, dependerão de projeto de lei de iniciativa da Mesa.

**Art. 61** – O servidor municipal será responsável civil, criminal e administrativamente pelos atos que praticar no exercício de cargo ou função ou a pretexto de exercê-lo.

**Parágrafo único** – Caberá ao Prefeito e ao Presidente da Câmara decretar a prisão administrativa dos servidores que lhes sejam subordinados, se omissos ou remissos na prestação de contas de dinheiros públicos sujeitos à sua guarda.

**Art. 62** – Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda 05)

**I** – tratando-se de mandato eletivo Federal, Estadual ou Distrital, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função;

**II** – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

**III** – investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade e horários, perceberá as vantagens do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e não havendo compatibilidade será aplicada a norma do inciso anterior;

**IV** – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

**V** – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

**Art. 63** – Os titulares de órgãos da administração da Prefeitura deverão atender convocação da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos sobre assuntos de sua competência.

**Art. 64** – O Município estabelecerá por lei, o regime previdenciário de seus servidores ou adotá-lo-á através de convênios com a União ou o Estado.

**CAPITULO II**  
**DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO MUNICIPIO**  
**SEÇÃO I**  
**DO PODER LEGISLATIVO**  
**SUBSEÇÃO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 65** – O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, para uma legislatura com duração prevista na Constituição Federal e legislação eleitoral vigente. (Redação dada pela Emenda 12)

~~I — quinze, quando o Município tiver menos de vinte e cinco mil habitantes; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~II — dezessete, quando o Município tiver acima de vinte e cinco mil habitantes e menos de trinta mil habitantes; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~III — dezenove, quando o Município tiver mais de trinta mil e menos de cinquenta mil habitantes; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~IV — acima de cinquenta mil habitantes o número de Vereadores será de 21 (vinte e um) Vereadores, observado o disposto no inciso do Art. 29 da Constituição Federal. (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~**Parágrafo único** — A Câmara Municipal de Brumadinho é constituída de 09(nove) membros, nos termos da interpretação pelo Superior Tribunal de Justiça ao inciso IV e alíneas do Art. 29 da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda 12)~~

**Parágrafo Único** – A Câmara Municipal de Brumadinho é constituída pelo número de membros determinado pela Constituição Federal. **(Redação dada pela Emenda 13/2008).**

## **SUBSEÇÃO II DA CÂMARA MUNICIPAL**

**Art. 66** – No início de cada legislatura, a câmara reunir-se-á no dia 1º de janeiro para dar posse aos vereadores, eleger sua Mesa Diretora que empossará o Prefeito e o Vice-Prefeito. **(Redação dada pela emenda 04)**

**§ 1º** - A eleição para renovação da Mesa Diretora realizar-se-á na primeira quinta-feira do mês de dezembro da Sessão Legislativa anterior àquela do início do mandato subsequente. **(Redação dada pela Emenda 07)**

**§ 2º** - Caberá o regimento interno da câmara municipal dispor sobre a composição da Mesa Diretora e, subsidiariamente, sobre a sua eleição.

**§ 3º** - Qualquer componente da mesa poderá ser destituído, pelo voto da maioria absoluta dos membros da câmara municipal, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições, devendo o regimento interno da câmara municipal dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro destituído.

**Art. 67** – A câmara e suas comissões funcionam com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros, e as deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, salvo os casos previstos nesta Lei Orgânica.

**§ 1º** - Quando se tratar de matéria relativa a empréstimos, a concessão de privilégios ou que verse sobre interesse particular, além de outras referidas nesta lei, as deliberações da Câmara são tomadas por dois terços de seus membros.



**§ 2º** - O presidente da câmara participa somente nas votações secretas e, quando houver empate nas votações públicas.

**Art. 68** – As reuniões da câmara são públicas, e somente nos casos previstos nesta lei o voto é secreto.

**Parágrafo único** – É assegurado o uso da palavra por representantes populares na Tribuna da Câmara durante as reuniões, na forma e nos casos definidos pelo Regimento Interno.

**Art. 69** – A Câmara ou qualquer de suas comissões, a requerimento da maioria de seus membros, pode convocar Diretor Municipal ou dirigente de entidade da administração indireta, para comparecer perante elas a fim de prestarem informações sobre assunto previamente designado e constante da convocação, sob pena de responsabilidade.

**§ 1º** - Três dias úteis antes do comparecimento deverá ser enviada a câmara exposição referente as informações solicitadas.

**§ 2º** - O Diretor poderá comparecer à Câmara ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e após entendimento com a Mesa para expor assunto de relevância de seu departamento.

**§ 3º** - A Mesa da Câmara Municipal, de ofício ou a requerimento do Vereador, encaminhará ao Chefe do Executivo os pedidos de informações ou de documentos formulados e aprovados pelo plenário, cujo não atendimento em 15 (quinze) dias corridos ou prestação falsa constitui infração político-administrativa para fins do Decreto-Lei 201/67.

### **SUBSEÇÃO III DOS VEREADORES**

**Art. 70** – O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

**Art. 71** – É defeso ao vereador :

**I** – desde a expedição do diploma;

**a)** firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

**b)** aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível “ad notum”, nas entidades indicadas na alínea anterior;

**II** – Desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutum" nas entidades indicadas no inciso I, alínea "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

**Art. 72** – Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir proibição estabelecida no artigo anterior;

II – que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.

III – que proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública;

IV – que perder ( ou tiver suspensos ) seus direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgamento;

VII – que fixar residência fora do município;

VIII – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das reuniões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso da prerrogativa assegurada ao Vereador ou a percepção de vantagem indevida.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, III, IV e VIII, a perda de mandato será decidida pela Câmara por voto secreto e dois terços dos seus membros por provocação da Mesa ou de partido político devidamente registrado.

§ 3º - Nos casos dos incisos IV, V e VII, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros ou de partido político devidamente registrado.

§ 4º - O Regimento Interno disporá sobre o processo de julgamento, assegurada ampla defesa e observados, entre outros requisitos de validade o contraditório, a publicidade e o despacho ou decisão motivados.

**Art. 73** – Não perderá o mandato o Vereador:

I – licenciado por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse sessenta dias por sessão legislativa;

II – investido no cargo de Diretor ou procurador Municipal;

III – licenciado para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse geral do município.